

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº DE 2009
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Solicita convocar o Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, a fim de prestar esclarecimentos sobre seu pronunciamento que qualificou de vigaristas os produtores e representantes do setor rural brasileiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 24, IV, 219 e 255 a 258 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja convocado o Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, para esclarecer a este órgão técnico sobre o pronunciamento feito na Esplanada dos Ministérios que qualificou produtores rurais como “vigaristas” e acusou os membros deste colegiado de chantagear o governo para liberar recursos para o setor.

JUSTIFICAÇÃO

É inaceitável que um ministro de estado faça um pronunciamento para o mundo ouvir e declare que a classe produtora deste país é vigarista. Vendemos alimentos para todo o planeta. Somos o primeiro e segundo maior exportador

mundial de açúcar, soja, suco de laranja, café, tabaco, carne bovina e de frango. E questiono o que uma ação desastrosa como essa pode representar lá fora?

A balança comercial brasileira só é superavitária graças aos “vigaristas” apontados pelo ministro Carlos Minc e todos esses resultados da agricultura brasileira foram obtidos num ambiente mundial extremamente competitivo, onde muitos países subsidiam suas produções agrícolas para favorecerem seus agricultores. E que vemos por aqui? Um ministro do Governo Lula chamar de “vigarista” quem produz alimentos, gera empregos e mantém a economia deste país.

Ficou claro que o senhor Carlos Minc quer imputar um modelo do bem contra o mal, uma guerra entre ambientalistas e produtores e agora incita uma luta de classes ao pedir, em cima de um caminhão de som, para centenas de produtores familiares para que “não caiam no canto da sereia”. E mais: ele afirmou que os produtores rurais “fingem que são amiguinhos” e que “amanhã vão pedir para parar a reforma agrária, o crédito para a agricultura familiar”. E ainda declarou em alto e bom som: “Não confiem nesses vigaristas! Estão querendo usar vocês contra o meio ambiente, quando a boa aliança é entre o ambientalista e a agricultura familiar.”

Ora, que arrogância desse ministro. Coloca os produtores como predadores do meio ambiente, enquanto os ambientalistas, agora enganando e coagindo os pequenos produtores, estariam salvando o planeta. Será que alguém em sã consciência acredita que a sociedade prefere proteger o meio ambiente à custa da fome de sua população?

Pois saibam que o PIB do agronegócio corresponde a cerca de 30% do PIB brasileiro, ou seja, cerca de R\$ 728 bilhões de reais em 2008, a preços correntes. Emprega cerca de 26 milhões de trabalhadores sem considerar a distribuição varejista, ou seja, 28% de toda a população ocupada total. Em média, a cada 1% de aumento no PIB do agronegócio, gera cerca de 130 mil novos empregos.

Mas mesmo assim, diante de todos os benefícios trazidos pelo setor rural ao Brasil, nossos agricultores tem de financiar sua produção com altas taxas de juros, são excluídos do crédito rural, explorados por meia dúzia de multinacionais que controlam todo o comércio de sementes, adubos e fertilizantes. O custo de produção a cada ano é mais alto, o endividamento do setor cresce dia a dia por falta de um seguro e ainda carregam as incertezas de quanto o produto valerá quando for colhido, se for, pois ainda dependem da chuva e do sol na hora certa. E agora, um membro do governo, um ministro de estado na visão deturpada pelo

viés ideológico ambiental coloca o interesse de ONG's internacionais acima dos interesses dos brasileiros.

Assim, pela importância do tema e pelo desrespeito aos produtores rurais, tenho plena convicção que terei o apoio para aprovar a convocação do ministro Carlos Minc para que explique, diante deste colegiado, quais os motivos o levaram a chamar a classe produtora brasileira e seus representantes de vigaristas.

Sala da Comissão, em de de 2009

Luis Carlos Heinze
Deputado Federal PP/RS